LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

DECRETO Nº 5.492, DE 16 DE JULHO DE 1928

Regula a organização das empresas de diversões e a locação de serviços teatrais.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciona a seguinte resolução:

Art. 1º As empresas que se constituirem para a realização de espectáculos publicos, com o fim lucrativo, qualquer que seja o genero de diversões permittidas e a fôrma de organização, ficarão sujeitas ás disposições do Codigo Commercial e leis complementares.

Art. 2º Nas relações dos empregados com os artistas e auxiliares das empresas, as prescripções desta lei serão suppridas, na sua falta ou deficiencia, pelas disposições do Codigo Civil, sobre locação de serviços.

Art. 3º Para os effeitos do artigo anterior serão considerados artistas e auxiliares das empresas theatraes:

- a) o pessoal que formar o respectivo elenco artistico;
- b) os bailarinos, coristas e cançonetistas;
- c) o regente da orchestra e o musicos que a constituem;
- d) o director de scena e os ensaiadores;
- e) o administrador, o secretario e o archivista;
- f) os scenographos;
- g) os pontos e contra-regras;
- h) os bilheteiros;
- i) o encarregado do guarda-roupa, cabelleireiros e aderecistas;
- j) os electricistas, carpinteiros, fieis de theatro e quaesquer outros que se acharem a serviço privado da empresa.

Art. 4º A presente lei tambem se applica aos musicos civis e organizados ou contractados por associações particulares ou pelo poder publico e a serviço destes.

Art. 5º Dos contractos que a empresa celebrar com os artistas deverão constar. 1º, o local em que terá de ser cumprido o contracto; 2º, o tempo de serviço que um ficará obrigado a cumprir e outra a manter; 3º, a natureza do serviço attribuido ao locador; 4º, a remuneração a receber e a fôrma do pagamento. Paragrapho único. A falta de qualquer dessas clausulas p* de determinar a nullidade do contracto, se não houver possibilidade de suppril-a pelo subsidio do direito commum, usos locaes, natureza do serviço e aptidão do locador.

.....
.....